

A questão indígena nacional

PAULO SUESS

Diante dos grandes comícios pelas eleições diretas, a vinda de 400 líderes indígenas a Brasília, no início deste mês, pode ter parecido um simples equívoco de quem pensou poder com tão pouca gente incomodar os inquilinos do Planalto. Mas os tutores da Nação, hoje igualmente tutelados pelos banqueiros internacionais, sabem avaliar a força simbólica e real das minorias indígenas; sua habilidade em mobilizar a simpatia da sociedade nacional; sua temosia pela posse da terra; sua possibilidade de atrasar os cronogramas do desenvolvimento autoritário; sua capacidade de manchar a imagem do regime militar no exterior.

Os líderes indígenas não entraram na "onda" das passeatas, quando foram a Brasília para impedir que o Congresso Nacional aceite o novo Código Civil que os declara "absolutamente incapazes", quando reivindicaram a demarcação das suas terras e exigiram a substituição do economista-presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, absolutamente incapaz de diálogo mostrou-se o órgão tutor, chamando um destacamento da Polícia Militar com 10 cães amestrados para se proteger contra aqueles que estavam pedindo sua proteção: os líderes indígenas. Sua presença em Brasília mostrou que a sua causa mexe com as questões cruciais do País: com a redemocratização e a Justiça; com o desenvolvimento anti-social e predatório para o meio ambiente; com o latifúndio e os projetos faraônicos; com a dívida externa e com os escândalos sucessivos de corrupção, que irmanam índios e brasileiros como vítimas do mesmo sistema. Por isso, os povos indígenas, com suas reservas morais e suas experiências de um passado milenar, querem e devem participar da discussão sobre o futuro da Nação.

MINÉRIOS

Este futuro está em perigo de entrar no parafuso do "modelo" econômico excludente e exportador. A liquidação dos minérios, que até agora em nada beneficiou o povo, desestrutura diariamente centenas de aldeias indígenas. A multinacional Elf Aquitaine, por exemplo, que fez prospecção de petróleo na reserva dos 3 mil Sateré-Maué, no Amazonas, não só levou cachaca e filmes pornográficos às aldeias; ao liberar a terra dos índios, em fevereiro passado, deixou buracos, bombas e um povo dividido por causa dos royalties, uma indenização irrisória repassada pela Funai.

Os Waimiri/Atroari, encurralados pela BR-174 (Manaus-Boa Vista) e a hidrelétrica Balbina, viram, no final de 1981, sua reserva invadida pela Mineração Taboca (Paranapanema) que começou com a exploração de cassiterita na área do rio Pitinga. A promessa do ministro das Minas e Energia, César Cals, é de que do rio Pitinga se extrairá estanho no valor de 100 milhões de dólares. O Decreto 88.985, de 10/11/83, que autoriza empresas a explorar minérios em áreas indígenas, simplesmente legitimou práticas ilegais já em curso.

CONTRATO

Dia 14 de março, o ministro César Cals assinou Contratos de Associação para Pesquisa com Promessa de Cessão de Direitos Minerários cedendo, a 17 empresas privadas, áreas auríferas de 40 a 50 mil hectares na região do Médio Tapajós. Mas a terra do Médio Tapajós é a terra dos 3.700 Munduruku que já há tempo abandonam suas aldeias para concorrer com os brancos nos garimpos instalados no seu próprio território. A esperança de César Cals é de que "nos próximos 10 anos, o Brasil produzirá mais ouro do que em toda a época colonial do País". Como se defenderão

os Yanomami contra os garimpos instalados em seu território? Ou os Kayapó e Cinta-Larga, que ainda não dominam o idioma e as manhas da sociedade nacional? Também o cidadão médio, que foi sempre prejudicado com os booms brasileiros, não pode nem um pouco se alegrar com tais notícias de riqueza.

O Projeto Grande Carajás atinge 42 aldeias de 14 grupos indígenas diferentes. Em 20 de janeiro de 84, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) rompeu um convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce para assessorar o atendimento aos índios radicados ao longo da Estrada de Ferro Itaqui-Carajás, por ser impedida de executar seu trabalho, pela Funai. A ABA já vinha, há dois anos, fazendo denúncias sobre a má aplicação de 13,6 milhões de dólares destinados a um Programa de Apoio às Comunidades Indígenas na área. Prossegue agora o impacto do Projeto Grande Carajás sem assessoria de antropólogos, mas com as metas prefixadas de integrar os 4.360 índios como mão-de-obra, no prazo de cinco anos, e de exportar 35 milhões de toneladas de minério de ferro, a partir de 1987. Cada tonelada de minério, porém, que chega ao porto de São Luís, deixa uma cratera no interior do País. Quem hoje defende o Projeto Indígena não defende reservas bioflorestais de grupos privilegiados, mas, sim, espaços humanos de um futuro desejável para todos. Os que estabelecem cronogramas para esgotar as reservas minerais e florestais num único século, estes são os vende-pátria e os cavaleiros apocalípticos dos seus bisnetos.

MA VONTADE

A sobrevivência dos povos indígenas no Brasil — onde não representam uma massa populacional capaz de derrubar um governo na rua ou na urna — dependerá, basicamente, de dois fatores: da terra e da defesa desta terra através de alianças. Os 13 milhões de hectares de terras demarcadas para 86 mil índios, que representam 43% da população indígena no Brasil, refletem a má vontade da política indigenista oficial. Ao nível das práticas tradicionais, dos 13 milhões de hectares, somente 7% são aptos para as culturas de ciclo anual. Grande parte das áreas demarcadas são, de fato, invadidas, ameaçadas por mineradoras, estradas ou redemarcações, ou ilegalmente arrendadas aos fazendeiros, como no caso dos Kadiwéu. O Incra tituló em dois anos (81/82) mais terras que a Funai demarcou desde sua fundação, em 1967. E dizer que o Incra fez um trabalho satisfatório ou até uma Reforma Agrária, é, no mínimo, uma poluição semântica.

ALIANÇAS

Para a defesa da terra dos povos indígenas e a conquista da sua autodeterminação, dois tipos diferentes de alianças se fazem necessárias. Primeiro, a aliança étnica, a união dos próprios povos indígenas com o afunilamento das suas reivindicações em nível regional, nacional e continental. Segundo, a aliança de classe, que sintoniza as reivindicações étnicas com os anseios básicos de outros segmentos da sociedade nacional, segmentos que estão igualmente ameaçados na sua sobrevivência. O fato de que, no Ceará, 50% das crianças morrem antes de completar um ano de vida, de que, em Manaus, 30% das mulheres em idade fértil foram esterilizadas, de que organizações particulares dos Estados Unidos, em 1984, aplicarão 5 bilhões de dólares em programas anticoncepcionais — tudo isso não são dados alheios à vontade de querer

sobreviver juntos. Não existem saídas isoladas para os povos indígenas.

Numa ação política participada em função de uma nova sociedade, é claro que os povos indígenas não querem impor um "padrão aldeia" como solução para os problemas da sociedade nacional. O que está em jogo não é a aceitação do processo de industrialização como tal, mas a sua conciliação com condições sociais de trabalho e desenvolvimento. Os operários não lutam pelo fechamento de sua fábrica, mas por uma participação efetiva nas decisões e nos lucros. Ninguém pensa, também, em destruir este Estado como tal, só porque sociedades tribais alcançaram um grau de liberdade bastante grande, sem a coerção de um aparelho estatal. Em sociedades complexas, como a nossa, a escassez de bens exige um árbitro, na hora da sua distribuição. O cacique é sempre um representante do bem particular. O que se deve fazer com este Estado é discipliná-lo: democratizar, descentralizar e controlar efetivamente.

FORÇA EMERGENTE

A reconstrução nacional, a transformação do regime autoritário e a reorientação do desenvolvimento excludente serão resultado da capacidade de somar as forças populares, emergentes depois de vinte anos de arbítrio. Os povos indígenas, que são uma destas forças emergentes, não podem ser motor desta transformação, mas ele importante na corrente de transmissão do timão para o leme. Existe, em grandes linhas, um consenso sobre o rumo do barco. Na área econômica, a nação precisa recuperar o poder de decisão e redefinir volume, prazos e juros da sua dívida externa. Um governo, que emergiu da solidariedade das vítimas, pode romper o cerco do capital transnacional, cuja dominação se reproduz dentro do País através de uma tutela subsidiária com seu terminal nas aldeias indígenas. Uma nação democrática vai praticar a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da maioria da sociedade nacional, como está prevista no Estatuto do Índio. Um novo pacto social vai parar os projetos de liquidação da matéria-prima, que esvaziaram a solidariedade dos contemporâneos pela distribuição desigual dos benefícios e hipotecaram a vida das futuras gerações, deixando como herança "serras peladas", dívidas, dependências e conflitos sociais. O desenvolvimento econômico será reorientado a partir das necessidades básicas do povo e em harmonia com as possibilidades da natureza, desta irmã que nos regenera nas horas do lazer e nos sustenta na hora da fome. No plano sócio-cultural, somente um Brasil multiétnico corresponde à formação histórica do País e sua realidade atual. Este Brasil pluricultural será um bastião contra qualquer dominação orwelliana.

ZUMBI

Neste momento de transformação que vive o País, os remanescentes de velhos partidos procuram mais uma vez se "compor", "entender" e "conciliar". Porém, nas fábricas e no campo, nas comunidades de base e nas aldeias indígenas surge um novo sujeito histórico que — embora ainda insuficientemente sincronizado — já dá os primeiros passos para organizar uma independência mais ampla, uma segunda abolição, enfim, a sua libertação integral. O alferes Tiradentes e o enfermeiro Marçal Guarani, assassinado dia 25 de novembro passado, certamente se entenderiam com um Zumbi, cria de padre e guerreiro, sobre a reconstrução deste País, já.

* Paulo Suess é assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e editor do jornal Porantim